

GOVERNANÇA ENTRE NAÇÕES GOVERNANCE BETWEEN NATIONS

Thaís Guimarães Alves
Professora Associada – UFU

Vidigal Fernandes Martins
Professor Associado – UFU

RESUMO

Desde a sua criação como bloco econômico, especialmente a partir de 1991, com o Tratado de Maastricht, a União Econômica e Monetária Europeia (UEM) reuniu países com características econômicas, políticas e sociais distintas a partir de um mesmo conjunto de critérios de convergência macroeconômica. Contudo, a partir dos impactos das crises do *Suprime* e da Dívida Soberana, as discrepâncias dos resultados relativos a convergência macroeconômica são notórios, especialmente quando se analisa os países do Norte, considerados nações desenvolvidas e ricas (Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Áustria, Holanda e Dinamarca) e as nações do Sul, intitulados como subdesenvolvidos e pobres (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha, os PIIGS), de modo que o bloco econômico pode ser avaliado “em dois níveis”. Tendo em vista tal realidade, o objetivo do artigo é avaliar como as instabilidades provindas dos acontecimentos externos (crises) e internos afetaram a decisão britânica de se desvincular da UEM a partir do segundo semestre de 2016. A questão a ser analisada é se a oscilação das variáveis macroeconômicas selecionadas no artigo impulsionou a saída do Reino Unido do bloco a partir de 2016 ou se a saída da economia britânica já iria ocorrer, mesmo antes das ocorrências das crises.

Palavras-chave: Brexit; Reino Unido; Crise do *Subprime*; Crise da Dívida Soberana.

ABSTRACT

Since its creation as an economic bloc, especially since 1991, with the Maastricht Treaty, the European Economic and Monetary Union (EMU) has brought together countries with distinct economic, political and social characteristics based on the same set of macroeconomic convergence criteria. However, from the impacts of the Subprime and Sovereign Debt crises, the discrepancies in the results regarding macroeconomic convergence are notorious, especially when analyzing the countries of the North, considered developed and rich nations (United Kingdom, Germany, Belgium, Austria, Netherlands and Denmark) and the nations of the South, labeled as underdeveloped and poor (Portugal, Italy, Ireland, Greece and Spain, the PIIGS), so that the economic bloc can be evaluated “on two levels”. In view of this reality, the objective of the article is to assess how the instabilities arising from external (crises) and internal events affected the British decision to disassociate itself from the EMU from the second half of 2016. The question to be analyzed is whether the oscillation of the macroeconomic variables selected in the article boosted the United Kingdom's exit from the bloc as of 2016 or whether the exit from the British economy would already occur, even before the crises occurred.

Keywords: Brexit; United Kingdom; Subprime Crisis; Sovereign Debt Crisis.

1. Introdução

O início da formação da UEM ocorreu em 1951, quando foi constituída a Comunidade Europeia de Carvão e Aço (CECA) e, desde então, até a “consolidação do bloco”, diversas mudanças se sucederam, especialmente a partir de acontecimentos externos, como crises financeiras internacionais, e no âmbito da própria estrutura interna dos países membros, visto que cada nação que compõe a integração apresenta características econômicas, políticas e sociais que, no geral, são díspares.

Em relação aos acontecimentos externos da década de 2000, o artigo destaca as crises do *Subprime* e da Dívida Soberana, que afetaram diretamente os países membros, porém, com intensidades diferentes. De acordo com Fontaine (2012), dentro do bloco há uma “Europa de dois níveis”, sendo os países do Norte, considerados os mais ricos e desenvolvidos (Alemanha, Reino Unido, Holanda, Bélgica e Dinamarca, em especial) e as nações do Sul, frágeis economicamente e com menores níveis de desenvolvimento (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha, os PIIGS). No tocante a estrutura interna dos países, principalmente no âmbito econômico, é imprescindível ressaltar o peso que as crises tiveram na desestabilização dos compromissos assumidos pelos países nos vários tratados. Estabelecido em 1991, o Tratado de Maastricht apresentou os parâmetros de convergência econômica entre as nações, esclarecendo as fases necessárias para o estabelecimento da União Econômica e Monetária Europeia e da moeda comum, o Euro.

O fortalecimento da convergência macroeconômica ocorreu através do Pacto de Estabilidade Econômica (1997), que apresenta metas relacionadas às variáveis macroeconômicas dos países que compõem o bloco. Nestes termos, destacam-se as metas relativas a dívida pública, inferior ou próxima a 60% do PIB; déficit público, inferior ou igual à 3% do PIB; taxa de inflação de, no máximo, 1,5% maior que a média dos três países membros da UEM com menor inflação, entre outros, que definem o objetivo orçamentário do bloco (Krugman e Obstfeld, 2004).

Entretanto, ao longo dos anos as metas estabelecidas se mostraram insustentáveis, uma vez que tanto os países do Norte quanto os do Sul apresentaram dificuldades em cumpri-las, fato este que se tornou evidente com o advento e progresso das consequências das crises internacionais apontadas acima.

Nesse interim, há que se destacar “uma mudança inédita” que tendeu a desestabilizar a integração: o Reino Unido, por meio de um plebiscito realizado no dia 23 de junho de 2016,

tomou a decisão de se retirar da União, dando início ao processo conhecido por Brexit. Nestes termos, a decisão tomada pelo Reino Unido em 2016 trouxe uma nova mudança para os rumos da integração, principalmente devido a seu potencial econômico e seu peso político.

A saída do país é possível devido ao Artigo 50 do Tratado de Lisboa e representa a primeira nação a se retirar do bloco. Sua concretização envolve diversas questões socioeconômicas que estão sendo tratadas por meio de complicadas negociações já em curso. As alterações que resultarão do processo terão impacto não apenas dentro do país, mas no bloco como um todo (Oliver, 2016).

Tendo em vista que os acontecimentos externos influenciaram na desestabilização das variáveis macroeconômicas de cada país, seja os do Norte como os do Sul, o objetivo do artigo é avaliar como as instabilidades provindas dos acontecimentos externos e internos afetaram a decisão britânica de se desvincular da UEM a partir do segundo semestre de 2016. A questão a ser analisada é se a perturbação das variáveis macroeconômicas selecionadas no artigo impulsionou a saída do Reino Unido do bloco a partir de 2016 ou se a saída da economia britânica já iria ocorrer, mesmo antes das crises.

Com a participação britânica dentro do processo integracionista europeu e o seu maior distanciamento de questões de maior aprofundamento da integração, como, por exemplo, não adotar o Euro como moeda oficial, foi possível notar que o país buscou sempre manter maior autonomia dentro da UEM. Sendo assim, parte-se da hipótese de que o Reino Unido demonstrou, desde sua entrada na integração, em 1973, características econômicas, políticas e sociais que o diferenciam dos demais países, fato que motivou a sua decisão de dar início ao seu processo de saída da UEM.

O artigo está estruturado em duas seções, além da introdução, das conclusões e das referências bibliográficas. A primeira seção faz um panorama geral, para o período 2007-2019, do comportamento de algumas variáveis macroeconômicas para os países do Norte, que inclui o Reino Unido. É examinado o desempenho do PIB *per capita*, PIB total, taxa de desemprego, taxa de inflação, salários médios e fluxos migratórios. A seleção de tais variáveis e a análise temporal se justifica, uma vez que o objetivo é apresentar uma visão, desde 2007, com o início da crise do *Subprime*, de como e de que maneira a economia e a sociedade europeia foram afetadas pelas crises recentes e os motivos do Reino Unido de querer se desvincular da UEM. Com base na teoria neo funcionalista, a segunda seção destaca o processo do Brexit e os principais argumentos a favor e contra a saída do Reino Unido da integração econômica e monetária europeia.

2. Uma breve análise do desempenho dos países do Norte, incluindo o Reino Unido, a partir do período 2007-2019

De acordo com o Gráfico 1, no geral, o PIB *per capita* dos países do Norte aumentou em 2008 em consequência do crescimento econômico global que precedeu a crise de 2007. Porém, em um segundo momento, a partir de 2009, houve uma queda do PIB *per capita*, especialmente devido à maturação dos efeitos da Crise do *Subprime*, com o declínio da produção e da demanda da “maior” economia mundial. O ano de 2010 marcou o início da Crise da Dívida Soberana, momento de grande fragilidade principalmente para os países do Sul europeu, porém, também com impactos nos países do Norte.

As economias do Norte tiveram resultados negativos em 2010, mas relativa recuperação em 2011 devido a implementação de pacotes de austeridade que buscaram recuperar as economias mais fortemente afetadas pela crise, permitindo previsões otimistas que auxiliaram as economias. Entretanto, em 2012 e 2013, as economias foram em geral afetadas pelos desdobramentos da Crise da Dívida Soberana e o insucesso dos pacotes de austeridade propostos para países como Grécia diminuiu a confiança internacional nos países europeus, dificultando a recuperação dos mesmos, principalmente aqueles ligados à Zona do Euro.

O ano de 2014 contou com uma melhora nos níveis de PIB *per capita* dos países do Norte; entretanto, em 2015 houveram novamente quedas. Com as eleições gregas, novas instabilidades emergiram nos países europeus, em destaque os países ligados ao Euro e também, na Dinamarca que, apesar de não utilizar o Euro como sua moeda oficial, possui sua economia muito vinculada aos países que o adotam.

Os anos seguintes foram marcados pela relativa recuperação das economias do Norte, com pequeno crescimento, em meio a temores ocasionados pela análise da situação dos países membros e da crise migratória existente no continente. Com o Brexit, em 2016, as economias não mostraram grandes alterações em seus PIB *per capita*, que de fato voltaram a crescer, porém, com menor velocidade frente à desconfiança internacional a respeito do futuro do bloco econômico, aumentando a possibilidade de futuras crises (Mardell, 2017).

Por outro lado, conforme o Gráfico 1, nota-se que o Reino Unido é uma exceção, visto que já se encontrava em crise devido a vinculação do banco *Northern Rock* com o banco *Lehman Brothers*, desde 2006. A economia britânica foi fortemente afetada já em 2007 devido a problemas relacionados ao mercado de crédito, vinculando o *Bank of England* e o sistema bancário inglês. A redução do PIB *per capita* resultante de tais fatos se sustentou até 2010.

Os anos de 2011 e 2012 foram marcados pela lenta recuperação da economia britânica, contando com seus principais parceiros econômicos em crise e o país teve queda em suas exportações e contou internamente com quedas de produtividade nos setores de construção e manufaturados, dificultando a retomada de seu crescimento. Em 2013, a economia britânica apresentou certa recuperação, motivada pela melhoria da economia mundial, assim como internamente pelo crescimento de setores como o de serviços, dando continuidade à retomada do aumento do PIB *per capita* do país (Monaghan, 2014).

Apenas em 2014 a economia britânica retomou aos níveis de crescimento pré-crise, contando com melhorias nos setores produtivos, recuperação do setor de construção e com destaque ao setor de serviços, permitindo que internamente houvesse avanços no mercado de trabalho, com menores níveis inflacionários e redução do desemprego, o que possibilitou o maior consumo da população e do aumento do PIB *per capita* (Peston, 2014).

No ano de 2015, assim como os demais países do Norte, o Reino Unido contou com queda em seu PIB *per capita*, devido às dificuldades enfrentadas no cenário internacional e a crise nos países europeus, em conjunto com o temor advindo das eleições gerais britânicas e da incerteza a respeito da continuidade do país na integração europeia, com a renegociação dos termos de participação do país e a promessa da realização de um referendo nacional. Os anos de 2016 e 2017, marcados pelo resultado do referendo que deu origem ao Brexit, evidenciaram a queda no PIB *per capita* do país em consequência especialmente da imprecisão a respeito das negociações pertinentes ao processo de saída.

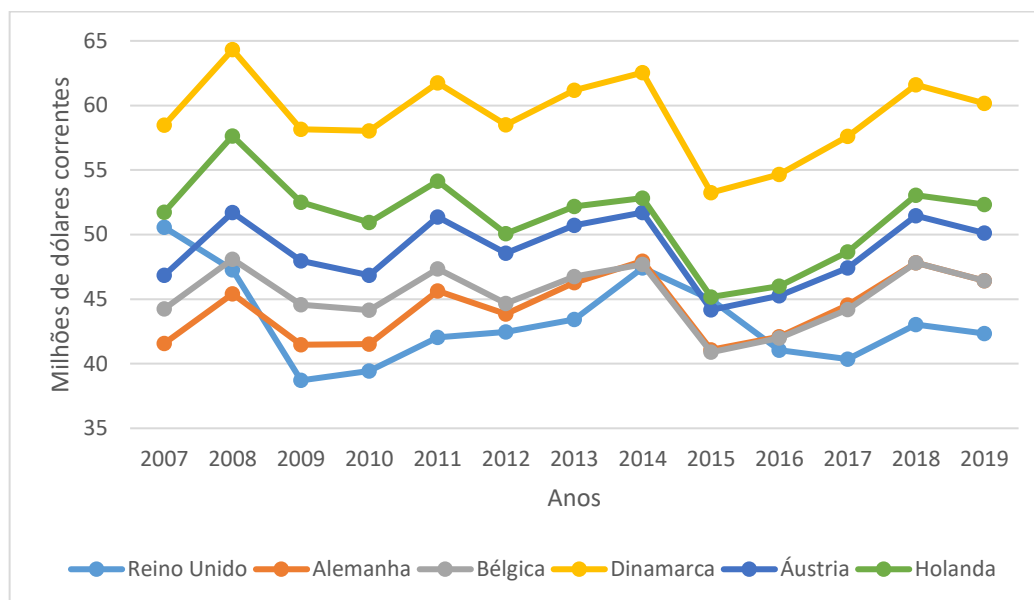
É importante ressaltar que, ao longo do período 2007-2019, a UEM utilizou de instrumentos de política econômica para conter ou amenizar as consequências das crises para os participantes do bloco, como o Mecanismo de Estabilidade Europeu, sistema de crédito para resgate dos países em 2012, como também alterações e revisões do Pacto de Estabilidade e Crescimento, com o “Six Pack”¹, em 2011, e o “Two Pack”, em 2013.

Neste sentido, é possível afirmar que, logo no início da Crise, em 2008, os países do Norte apresentaram uma redução do PIB *per capita*, apesar de contar com pequeno crescimento e oscilações ao longo dos anos. A grande instabilidade econômica trouxe consequências para a sociedade e influenciaram diretamente a qualidade de vida da população, visto que diminuiu a

¹ O objetivo tanto do “Six quanto do Two Packs” foi melhorar a coordenação orçamentária do bloco por meio da introdução de um calendário orçamental comum aos membros da integração, e um sistema de vigilância para as nações com maiores instabilidades financeiras. Dessa forma, reforçaria as responsabilidades fiscais e de coordenação econômica dos membros, visando uma melhora nas condições fiscais dos mesmos (Comissão Europeia, 2013).

GOVERNANÇA ENTRE NAÇÕES

renda média disponível para as mesmas, que, por sua vez, reduziu seu poder de compra, desaquecendo a economia do bloco como um todo.



Fonte: Banco Central Europeu (2021).

Gráfico 1 – PIB per capita dos países do Norte (incluindo o Reino Unido), em milhões de dólares correntes, 2007-2019.

Analisando o comportamento do PIB total em trilhões de dólares para o período 2007-2019, gráfico 2, tem-se que o PIB total dos países sofreu alterações, principalmente Alemanha e Reino Unido. Por outro lado, Bélgica, Holanda, Dinamarca e Áustria seguiram “trajetórias” similares e sem grandes variações. No caso do Reino Unido, evidenciou-se queda em 2009, apesar do país já estar passando pela situação de recessão, desde 2007. Entretanto, de 2010 a 2013, houve uma “leve recuperação” vinda da relativa melhora da economia mundial, assim como da busca pela estabilidade dentro da Europa por meio de novas metas orçamentárias e instituições criadas com o intuito de auxiliar os países a se recuperarem frente à crise.

O ano de 2014, porém, demarcou um novo momento de descrença internacional frente aos países europeus, fato que afetou não apenas a economia britânica, como as demais economias do bloco. Da mesma forma como os demais países do Norte tiveram diminuição em seu PIB total em 2015, o Reino Unido também teve alterações negativas, contando com questões internas que permitiram que houvesse maior incerteza do país.

Em 2016, ocorre o referendo que dá origem ao Brexit, trazendo maiores dúvidas frente ao futuro da economia britânica, que passa desde então a ter um crescimento abaixo do que vinha tendo nos anos anteriores, de 1,93% em 2016 e 1,78% em 2017 (Banco Mundial, 2021).

Segundo o *BCC Economic Forecast* (2018), para 2018, as perspectivas de crescimento do Reino Unido não são favoráveis por conta da incerteza internacional que advém da situação na qual o país se encontra em conjunto com a década de crise pela qual o bloco econômico foi submetido, dificultando melhores desempenhos do país (*British Chambers of Commerce*, 2018).

A Alemanha também apresentou queda em 2009, o que demonstrou que o país também foi afetado pela Crise do *Subprime*. A partir de então a economia do país teve um pequeno crescimento nos anos seguintes, devido, principalmente, à Crise da Dívida Soberana que afetou os países europeus. Por consequência de seu papel central dentro do projeto integracionista europeu como grande credor no bloco e apesar de se manter crescendo, a economia alemã passou por momentos de diminuição no seu PIB total, como no ano de 2012, frente ao maior temor internacional a respeito dos países do bloco.

Os anos de 2013e 2014 contaram com um pequeno crescimento da economia alemã, embora com o receio internacional. Em 2015, devido à maior instabilidade vinda do papel de grande relevância do país em meio à Crise da Dívida Soberana frente aos novos problemas ocorridos na Grécia (insegurança em meio aos possíveis resultados das eleições gregas, assim como dificuldades econômicas e pacotes de austeridade), a economia alemã contou com a trajetória negativa de seu PIB total (Plickert, 2018).

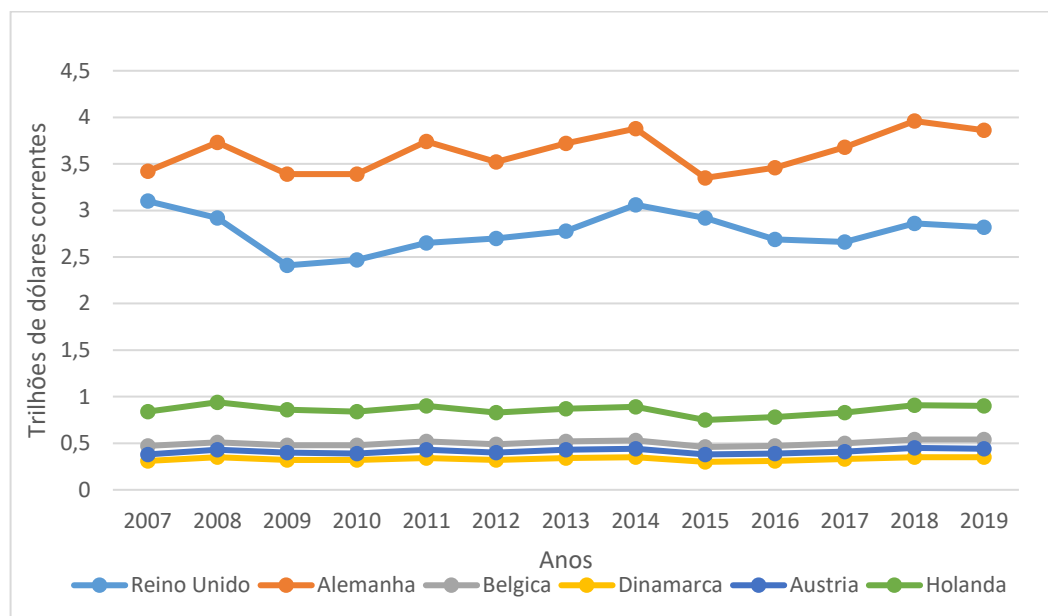
Todavia, ao longo dos anos de 2016 e 2017 a economia alemã retomou o crescimento em seu PIB total, tendo como principal motivador o mercado interno, que com o menor desemprego e maior consumo por parte da população foi possível motivar a dinamicidade da economia, assim como com maiores níveis de exportação e as melhores condições da economia global (*Deutsche Bundesbank*, 2018).

Os resultados da instabilidade gerada pelo Brexit podem ser apresentados pela relativa queda nos índices de PIB per capita das economias do Norte a partir de 2018. A demora para a chegada de um acordo entre as partes, assim como a incerteza frente ao resultado para ambas trouxe uma desconfiança frente ao cenário internacional. Previsões negativas feitas por diversas agências internacionais durante o período no qual o Reino Unido e a União Europeia buscaram chegar a um acordo desestabilizaram as economias.

É válido ressaltar que, as oscilações demonstradas no período advém das crises pelas quais o bloco passou, fazendo com que os países membros se tornassem menos atrativos internacionalmente. Apesar de seu maior potencial, mesmo os países do Norte tiveram suas economias afetadas e permeadas pela instabilidade econômica, até a Alemanha, maior economia do bloco, teve seu PIB total oscilando ao longo do período de crise, demonstrando

GOVERNANÇA ENTRE NAÇÕES

que a Crise do *Subprime* seguida pela Crise da Dívida Soberana, tiveram efeitos negativos para os países do Norte.



Fonte: Banco Central Europeu (2021).

Gráfico 2 – PIB total, em trilhões de dólares correntes, dos países do Norte (incluindo o Reino Unido), 2007-2019.

Outro elemento que deve ser considerado na análise é a variação da taxa de inflação, gráfico 3. Nesse caso, será avaliado o índice de preço ao consumidor, IPC, até o ano de 2019. Com a Crise do *Subprime* e a própria crise europeia, a economia global se desaqueceu, desencadeando um enfraquecimento no comércio mundial, ou seja, menor demanda agregada.

As oscilações da taxa de inflação dos países do Norte evidenciaram o desafio das economias de se reajustarem às instabilidades externas que as afetaram internamente. Com menores (maiores) níveis inflacionários, a população apresenta maior (menor) poder de compra, o que estimula (desestimula) o consumo. No Reino Unido, o IPC atingiu seu ponto máximo em 2011, chegando a 4,48% e o mínimo em 2015, 0,05% (Banco Mundial, 2021). Porém, sua taxa de inflação tendeu a acompanhar o comportamento das demais nações europeias.

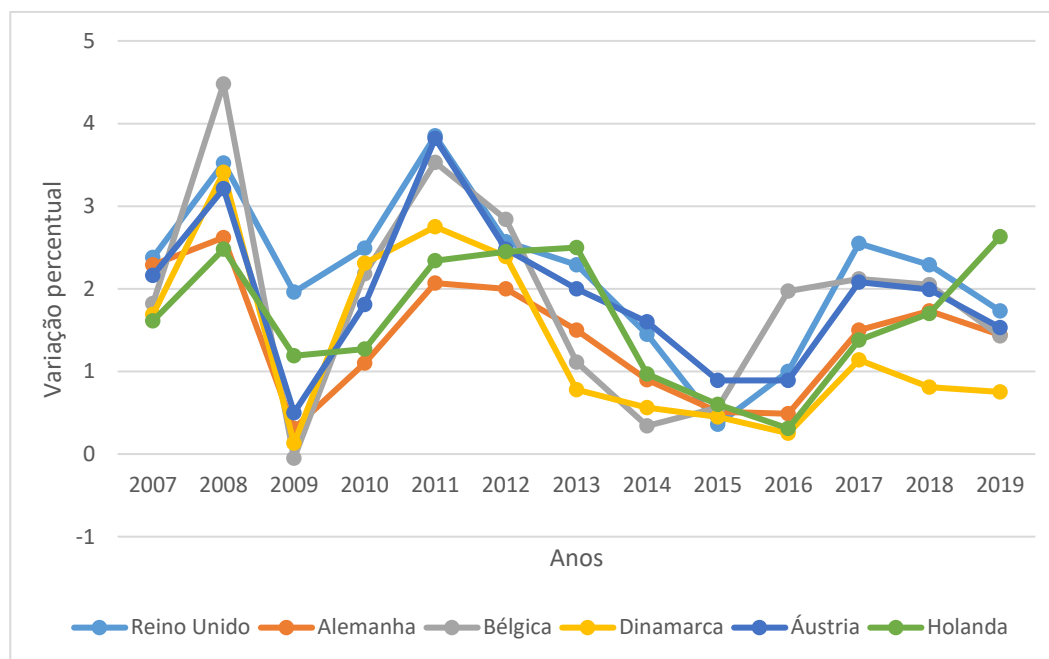
O ano de 2009 marcou o momento de queda no IPC dos países do Norte e, também, do Reino Unido, no qual se buscou maiores estímulos ao consumo frente ao momento de desaquecimento econômico. Os anos seguintes contaram com o aumento no índice inflacionário com o decorrer da crise e a instauração de mecanismos que buscaram promover melhoras na situação dos países, de maneira a impedir que os mesmos passassem por momentos de deflação, aprofundando ainda mais a piora nos índices econômicos.

Apenas no ano de 2012 retornam as quedas, seguindo a mesma trajetória até o ano de 2014, que, com a redução no preço do petróleo, as expectativas inflacionárias negativas foram agravadas. Em 2015, com a piora no cenário europeu somada à queda do preço do petróleo, o mercado interno dos países contou com menores níveis inflacionários que, por um lado, buscou estimular o consumo interno, mas, demonstrou a fragilidade de suas economias no momento em que se encontravam. Taxas inflacionárias muito baixas trouxeram o perigo da deflação para as economias europeias, fator que dificultou a recuperação econômica dos países, colocando-os novamente em situação de crise (Haan et. al, 2016).

A instabilidade nos níveis de IPC, principalmente dos países da Zona do Euro, foi vista com precaução em meio ao cenário internacional e considerada uma barreira à estabilidade de preços entre países europeus. Visando auxiliar na recuperação dos países e aumentar os níveis de inflação dos mesmos para que pudessem manter a estabilidade de preços, o Banco Central Europeu valeu-se de sua orientação direcionada aos Bancos Centrais nacionais, assim como da compra de títulos governamentais e de setores privados. Dessa forma, pôde-se notar, no ano de 2016, um aumento no IPC dos países do Norte e do Reino Unido. (Jolly, 2015; Haan et al, 2016).

A meta de inflação estabelecida pelo Banco Central Europeu como parte de sua política monetária foi próxima dos 2%. Sendo assim, taxas inflacionárias “distantes da referência” foram vistas como impedimentos à estabilidade de preços. Dessa forma, nota-se que, ao longo do período de crise, os países analisados que utilizaram o Euro se distanciaram das metas. Dinamarca e Reino Unido que, apesar de não contarem com o Euro como moeda nacional, tiveram oscilações semelhantes aos demais países do Norte (*European Central Bank*, 2018).

GOVERNANÇA ENTRE NAÇÕES



Fonte: Banco Central Europeu (2021).

Gráfico 3 – Variação da inflação – Índice de Preço ao Consumidor (IPC), em percentual, nos países do Norte (incluindo Reino Unido), 2007-2019.

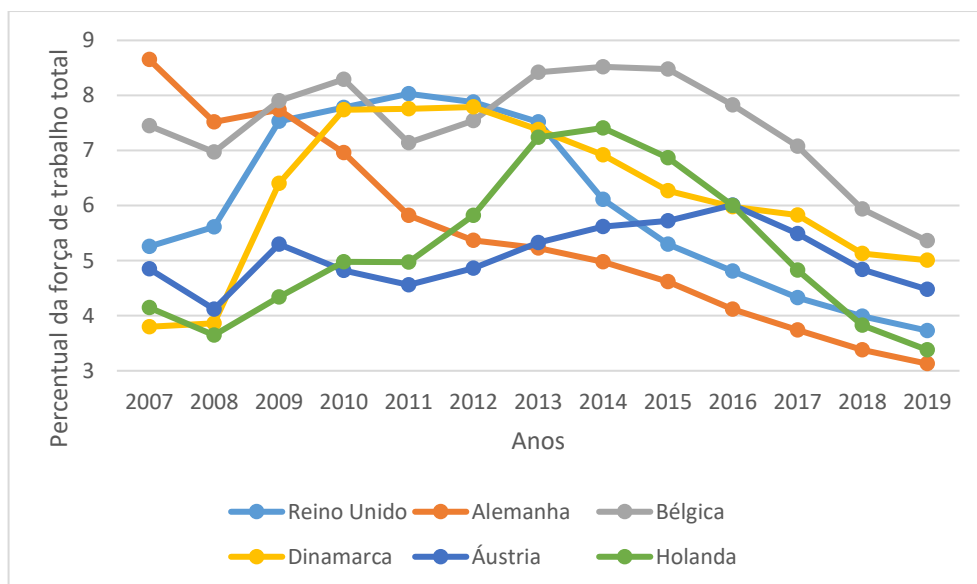
Outra variável macroeconômica a ser analisada, de acordo com o Gráfico 4, é o percentual da força de trabalho total desempregada. A Alemanha foi a única economia que contou com uma trajetória de declínio do desemprego nacional, tendo uma pequena alteração positiva apenas em 2009. Os demais países apresentaram aumento substancial no tocante ao número de pessoas desempregadas, principalmente a Dinamarca, em 2009. (Banco Mundial, 2021).

Os primeiros anos após o início da Crise do *Subprime* marcaram o maior número de desempregados nos países do Norte. A Holanda contou com expressivo aumento até ano de 2014; a Dinamarca também teve aumento em sua taxa de desemprego principalmente até o ano de 2012, enquanto Bélgica e Áustria contaram com maiores oscilações, em especial a Bélgica, que ao longo do período, em geral, manteve alto desemprego. Apenas a partir de 2016 os países do Norte e o Reino Unido mostraram diminuição generalizada no desemprego e consequentemente melhores condições em seus mercados de trabalho.

O Reino Unido apresentou trajetória crescente do número de “residentes” desempregados até 2011 devido ao menor número de vagas de trabalho disponíveis à população, afetando principalmente a população jovem. Constatou-se recuperação em meio à melhora na economia global, resultando de forma positiva o mercado de trabalho britânico,

ocasionando maior confiança doméstica e internacional pelo menos até 2013 (*UK Commission for Employment and Skills, 2014*).

Para os anos seguintes, com o retorno da confiança, o mercado seguiu na criação de novos empregos, fazendo com que o desemprego total diminuísse no país, com maiores gastos das famílias frente também à menor inflação e recuperando o mercado de ativos, em especial ligados a habitação. Tais tendências que auxiliaram na recuperação do mercado de trabalho britânico se mantiveram, como se pode notar no Gráfico 4, visto que nos anos de 2015 até 2019 o desemprego total seguiu trajetória de queda no país. (*UK Commission for Employment and Skills, 2014*).



Fonte: Banco Central Europeu (2021).

Gráfico 4 - Desemprego, total % da força de trabalho total, nos países do Norte (incluindo Reino Unido), 2007-2019.

Além de avaliar o percentual da força de trabalho total desempregada, é importante investigar a situação salarial dos trabalhadores, ou seja, o comportamento das médias salariais dos países do Norte, incluindo o Reino Unido (Gráfico 5). No geral, os países seguiram trajetória crescente nos níveis salariais advindos especialmente da “relativa recuperação econômica”. A Alemanha, por exemplo, contou com aumento exponencial nos salários médios por trabalhador durante todo o período e isso foi reflexo do crescimento de sua economia e seu melhor desempenho dentre os países do Norte.

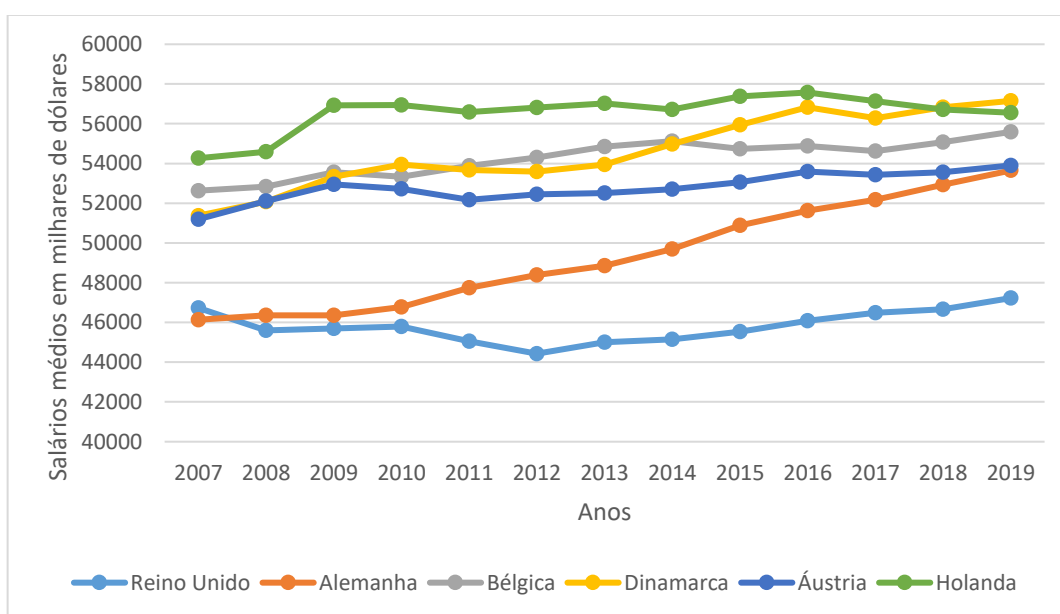
Bélgica, Áustria, Dinamarca e Holanda apresentaram médias salariais ascendentes, com pequenas alterações anuais ao longo do período de crise, sendo que a Áustria se manteve estável nos últimos dois anos; porém, Bélgica, Dinamarca e Holanda tiveram uma pequena RAGC, v.10, n.43, p.116-139/2022.

GOVERNANÇA ENTRE NAÇÕES

queda em suas médias salariais devido aos novos temores relacionados à integração europeia frente ao início do Brexit, visto que possuem laços econômicos mais fortes com o Reino Unido.

Embora o salário médio britânico não apresentasse grandes variações ao longo do período de crise, o Reino Unido, foi o país com menores níveis salariais médios entre os países selecionados. Em 2007, a população britânica contou com o salário médio de 44.897 dólares e no ano de 2019 fechou com 47.226 dólares, demonstrando que as alterações ocorridas dentro do país não tiveram grandes efeitos sobre os níveis salariais (OCDE, 2021).

A imigração para o país cresceu a partir dos anos 2000, fato que contribuiu para que houvesse maior mão-de-obra disponível no mercado, onde trabalhadores imigrantes passaram a ocupar vagas de empregos que antes foram preenchidas por nativos, impedindo que ocorressem grandes aumentos salariais. Com a maior mão de obra disponível, não houveram grandes incentivos para o aumento salarial, visto que houve uma maior demanda por empregos por parte da população e menos vagas disponíveis, fazendo com que os salários não expressassem aumentos expressivos (UK Commission for Employment and Skills, 2014).



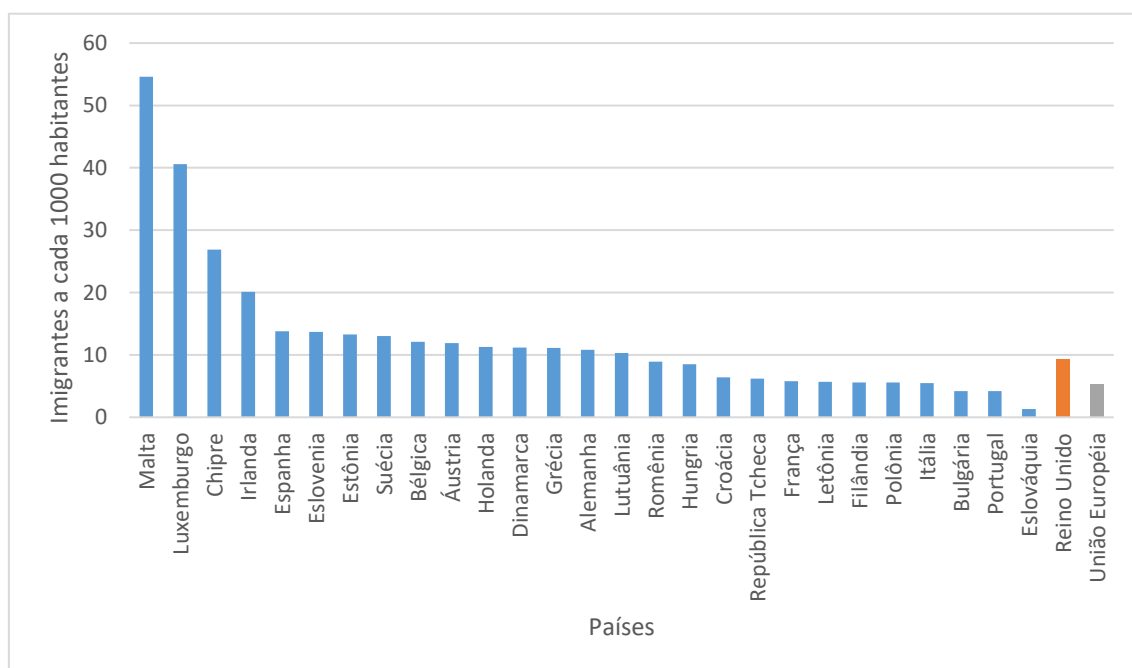
Fonte: OCDE (2021).

Gráfico 5 – Salários médios nos países do Norte (incluindo Reino Unido) – 2007-2019.

É importante destacar que, entre as grandes reivindicações e motivações do Brexit, estão as taxas de imigração e os problemas relacionados a ela que ganharam peso dentro das discussões nos órgãos europeus. Com a atual crise de imigração e a alta imigração ilegal devido a situação do Oriente Médio e do Mediterrâneo, o bloco enfrentou não apenas a imigração

interbloco, mas também com as dificuldades oriundas do contexto internacional (Comissão Europeia, 2018).

Abaixo, o Gráfico 6 apresenta a quantidade de imigrantes a cada 1000 habitantes nos países da UEM. Pôde-se inferir que a média, entre os países do bloco, é de 4,6 imigrantes a cada 1000 habitantes. O Reino Unido contou com 9 imigrantes a cada 1000 habitantes, que é uma estatística acima da média europeia, apesar de não ser um dos países que tem maior número relativo de imigrantes, como no caso de Luxemburgo, que possui 39,2 imigrantes a cada 1000 habitantes. Os demais países, como Alemanha, Bélgica, Holanda, Áustria e Dinamarca, contaram com maiores níveis de imigrantes em relação à sua população geral, comparados ao Reino Unido. Entretanto, foi necessário considerar que a população britânica é uma das maiores do bloco, com mais de 65 milhões de habitantes em 2016, segundo a estimativa do *CIA World Factbook* (2018).



Fonte: Eurostat (2021).

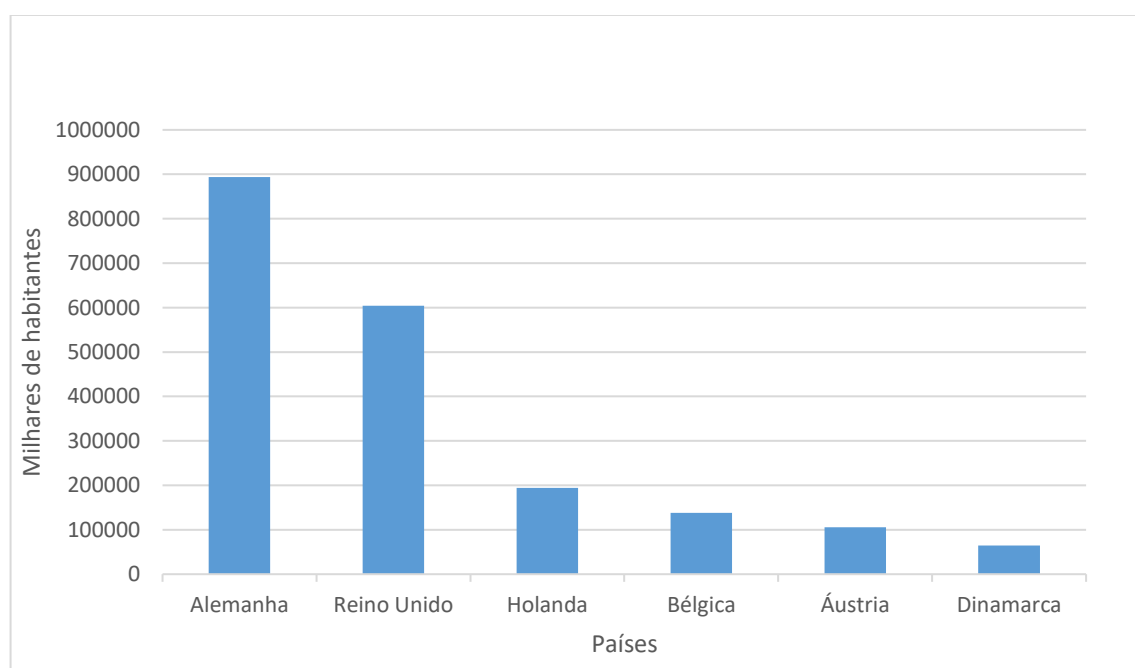
Gráfico 6 – Quantidade de imigrantes, a cada 1000 habitantes, nos países membros da União Europeia, 2018.

De acordo com Tilford (2016), a reivindicação britânica para a saída da UEM adveio da crença de que a maior imigração resultou na piora dos resultados econômicos do país, o que impulsionou maior desemprego da população residente como também queda nos níveis salariais. O grande contingente de imigrantes no país foi devido aos elevados fluxos migratórios existentes para o país que, como demonstrado no Gráfico 7, ficou “apenas atrás” da Alemanha. RAGC, v.10, n.43, p.116-139/2022.

GOVERNANÇA ENTRE NAÇÕES

O fato de não haver uma política migratória conjunta entre os países europeus permitiu que cada membro pudesse lidar com sua própria situação de acordo com seus parâmetros nacionais. Entretanto, pela própria constituição da UEM, pressupõe-se que houve livre mobilidade de fatores, entre eles, a mão de obra. Dessa forma, a mobilidade do fator de produção trabalho deveria ocorrer sem que houvesse grandes restrições. Porém, entre os países membros, houveram diferenças relacionadas aos custos da mão de obra, melhores condições e qualidade de vida da população, entre outros, que são fatores que tornaram certos países mais atraentes que outros para imigrantes (Krugman, 2004).

A Alemanha apresentou um maior contingente de imigrantes em relação aos demais países do Norte selecionados, superior até ao Reino Unido. Entretanto, segundo dados do Eurostat (2018), o total de imigrantes correspondeu a 5,7% de sua população, enquanto, no Reino Unido, o total de imigrantes foi 13,2% da população no ano de 2015 (Eurostat, 2018). Sendo assim, foi possível compreender que a reivindicação relacionada ao tema teve maior espaço entre a população britânica que se mostrou mais intolerante.



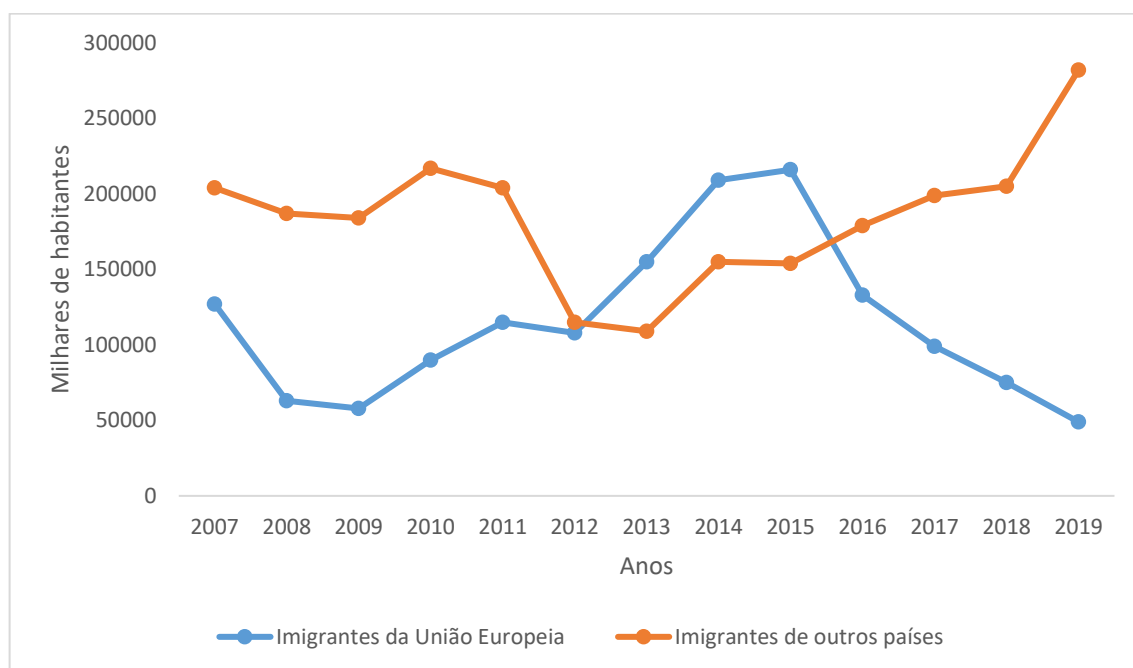
Fonte: Eurostat (2021).

Gráfico 7 – Total de imigrantes, em milhares de habitantes, nos países do Norte (incluindo o Reino Unido), 2018.

A população britânica foi contra os maiores fluxos migratórios, independentemente da origem dos mesmos, por acusá-los de serem a maior causa dos problemas econômicos e sociais que o país enfrenta. A participação na UEM tornou o país aberto a maiores fluxos migratórios de populações advindas do bloco, que, como representado pelo Gráfico 8, contou com uma trajetória ascendente principalmente após o ano de 2009, se intensificando a partir de 2012

devido às crises que afligiram o bloco, e, caindo novamente com o referendo do Brexit em 2016.

Com o Brexit e suas possíveis consequências na mobilidade de pessoas, como, por exemplo, as incertezas frente ao status de moradia da população, foi notável a menor busca pelo Reino Unido pelos membros do bloco. O caráter anti-imigração da população britânica veio de suas crenças nos atributos negativos que se relacionaram a ela, fato que motivou grande parte dos votos à saída do país do bloco, o que demonstrou a grande relevância da questão dentro do processo do Brexit como um todo. (Hawkins, 2018).



Fonte: Observatório de Imigração de Oxford (2021)

Gráfico 8 – Imigração para o Reino Unido por nacionalidade, 2007-2019.

Nesse contexto, pode-se afirmar que, ao longo do período de crise pelo qual a UEM passou em conjunto com a situação atual de instabilidade advinda do Brexit, os países do Norte tiveram suas economias abaladas de formas relativamente “semelhantes”. Em outras palavras, com o menor fluxo de comércio global e, consequentemente, redução do crescimento das economias ao redor do mundo, Alemanha, Bélgica, Áustria, Dinamarca, Holanda e Reino Unido tiveram suas variáveis econômicas afetadas negativamente.

Com a continuidade da situação de crise devido à fragilidade demonstrada principalmente pelos países do Sul do bloco (Portugal, Espanha e Grécia, por exemplo), as oscilações nas variáveis se mantiveram presentes nas trajetórias dos países europeus. Entretanto, a economia britânica, nos últimos anos, demonstrou maior fragilidade com o

resultado do Brexit, seguindo uma trajetória que se diferenciou dos demais países. Foi notável, entre os motivadores do início do processo, que o maior contingente de imigrantes no país trouxe uma forte reação negativa por parte da população britânica, que passou a atribuir o menor desempenho econômico do país a sua maior receptividade de imigrantes em seu território.

A queda no desempenho econômico britânico pôde ser considerada como resultado de seu vínculo com as demais economias europeias que, a partir da Crise do *Subprime* se mantiveram em uma situação de grande instabilidade, agravadas pela Crise da Dívida Soberana. Com as crises a partir de 2008 e o maior fluxo de imigrantes para o país desde 2004, o sentimento “eurocético” existente em parte da população e do governo britânico ganhou maior destaque. Dessa forma, partidos políticos já antes existentes como, principalmente, o *United Kingdom Independence Party* (UKIP), ganharam destaque no contexto político frente à maior fragilidade econômica, trazendo a ideia de sair da UEM como uma solução para a situação do país (Hunt, 2014).

Devido ao aumento do apoio a ideais contrários a permanência no bloco, o tema teve destaque nas eleições gerais de 2015, na qual o Primeiro Ministro David Cameron valeu-se do argumento da realização de um referendo para a possível saída como meio de conseguir apoio político. Sendo assim, campanhas de apoio e contrárias à UEM iniciaram-se no Reino Unido, chegando ao resultado no dia 23 de junho de 2016 com a maioria da população apoiando sua saída.

3- A abordagem neo-funcionalista do Brexit

O processo de saída do Reino Unido da UEM teve início em 23 de junho de 2016, como resultado de insatisfações internas e a falta de sentimento de pertencimento ao bloco que sempre permeou a relação entre ambos. No ano de 2013 o país buscou aderir a uma postura mais rígida frente ao rumo que as negociações e os acordos entre os países da UEM vinham tomando, passando a renegociar a forma como se deu as relações entre o Reino Unido e o bloco.

O Primeiro Ministro David Cameron, buscando também maior apoio interno frente ao fortalecimento do *United Kingdom Independence Party* (UKIP), que trouxe ideias separacionistas em relação a UEM, optou pela promessa política de efetuar um referendo nacional relacionado à saída do país do bloco caso o Partido Conservador tivesse maioria no Parlamento nas eleições gerais de 2015. Sendo assim, com o sucesso do Partido Conservador, apesar dos resultados positivos advindos da renegociação feita entre o país e o bloco em

fevereiro de 2016, foi estabelecida a data para o referendo e, conseqüentemente, deu-se início ao processo formal de saída do país do bloco (Kierzenkowski, 2016).

Valendo-se do Artigo 50 do Tratado de Lisboa², em 29 de março de 2017 foi entregue à Comissão Europeia a carta feita pelas autoridades britânicas dando origem ao processo formal de retirada do país da integração europeia. Como houveram diversas questões a serem tratadas, seja de cunho político, econômico ou social, a expectativa era que o processo fosse finalizado até, em média, 2 anos, estando atualmente em curso (Comissão Europeia, 2018).

Ao longo de sua trajetória histórica, o Reino Unido contou com sua insularidade como forma de se manter distante de questões inerentes ao continente europeu. Entretanto, o crescimento de seu comércio e sua participação nas grandes Guerras Mundiais, fez com que o país se tornasse mais próximo de seus vizinhos terrestres e a busca por melhores condições de desenvolver sua economia fez com que o país quisesse aderir à Comunidade Europeia na década de 60, sendo impedida pelo medo existente de vínculos britânicos com os Estados Unidos e ao sentimento anti-americanista presente na integração europeia (Martill, Staiger, 2017).

Sua adesão à Comunidade Econômica Europeia, em 1973, veio seguida de uma reação contrária à permanência no bloco, culminando, em 1975, no primeiro plebiscito nacional relacionado a tal questão, contando com o forte apoio de Margaret Thatcher para a permanência no bloco. A nação permaneceu no processo de integração visando os benefícios políticos e econômicos que buscavam na mesma, porém, ao mesmo tempo, as visões negativas frente às instituições europeias permaneceram (*British Broadcasting Corporation*, 2016).

Dessa forma, o Reino Unido se manteve no bloco em meio a diversas ressalvas frente aos acordos europeus, continuando no processo de integração, ao mesmo tempo em que manteve suas características internas próprias. A manutenção da Libra como moeda nacional, assim como sua situação especial em questões relativas à contribuição com instituições europeias, na qual o Reino Unido conta com o “cheque britânico³” garantindo a volta de uma quantia de dinheiro ao país, seu posicionamento contrário às alterações no Tratado de Lisboa em 2013, são exemplos de seu distanciamento frente o aprofundamento da UEM.

O Brexit então se apresenta como o resultado de um processo que já vinha se fortalecendo, agravado pelas crises pelas quais o bloco passou, apesar de pouco acreditado pela população do país e também pelos membros do bloco como um todo. A saída do Reino Unido

² Informações complementares a respeito do Artigo 50 do Tratado de Lisboa e sua utilização pelos países membros do bloco podem ser encontradas no site do Parlamento Europeu: <https://ec.europa.eu/portugal/news/article-50-treaty-european-union_pt>. Acesso em: 06 jun. 2018.

³ Mais informações disponíveis em: <<http://euroogle.com/dicionario.asp?definition=355>>. Acesso: 06 jun. 2018. RAGC, v.10, n.43, p.116-139/2022.

representa insatisfações relacionadas ao controle supranacional e seu reflexo na soberania nacional, assim como à questão do déficit democrático advindo de um maior aprofundamento da integração não apenas política e social, mas econômica, processo pelo qual a população passou a acreditar que possuía menor representatividade frente às instituições, tendo seus interesses menos atendidos (Martill e Staiger, 2018).

A formação de um bloco regional foi considerada, em grande parte da literatura pertinente às Relações Internacionais, um fator positivo a ser buscado pelos países como forma de obter maior estabilidade. Ernst Haas, em seu aporte teórico neo-funcionalista, trouxe o caso europeu como base e pressupôs que a integração regional representou maior bem-estar social para a população, considerando que o processo de integração contou com o apoio da sociedade civil (caracterizada pelas elites) e de burocracias nacionais, além do apoio central do Estado (Haas, 1961).

Movidos pelo interesse conjunto de cooperação em relação a uma questão central, seja ela política, social ou econômica, os Estados cedem parte de sua autonomia em nome de um novo centro de poder de caráter regional. Com o surgimento de novas questões frente ao suposto resultado positivo inicial, aprofunda-se a integração, o processo de *spillover*, que possui um núcleo funcional autônomo, formado pelo governo nacional e pelas elites que se colocam à frente do processo. Nesse caso, são mobilizados diversos setores da sociedade que, por sua vez, se tornam cada vez menos dependentes do Estado e mais leais ao novo núcleo de poder de caráter regional (Haas, 1964).

Porém, frente a tais considerações neo-funcionalistas, foi possível constatar que o caso atual do Reino Unido não se encaixou dentro dos pressupostos teóricos nos quais se enxergou o processo integracionista um ambiente de grandes benefícios mútuos. Haas (1964) considerou que a sociedade civil se tornou leal ao processo de integração, transferindo sua lealdade, que anteriormente foi voltado ao Estado nacional, para o centro de poder regional, por meio do *spillover*, no qual os temas pertinentes à integração “transbordaram” e passaram a ser tratados por grupos de interesse da sociedade, que pôde, por sua vez, se mobilizar contra ou a favor da integração.

A teoria haassiana examinou que os grupos políticos e elites perceberam, com o aprofundamento da integração, os benefícios que a mesma traria, superando as dificuldades pertinentes a mesma, passando a apoiá-la cada vez mais (Haas, 1964; Mariano 2004). Parte da sociedade britânica, em conjunto com grupos pertencentes às elites políticas e econômicas, se

colocou contra a continuidade da participação do país na UEM, fazendo com que a permanência no bloco passasse a ser cada vez mais questionada por parte da população.

Devido a promessa ao longo de sua campanha eleitoral nas eleições gerais de 2015 e a pressões internas pelas quais já vinha passando, David Cameron, prometeu que faria o referendo a respeito da permanência do país no bloco, dando início, no mesmo ano, a uma rodada de negociações com o bloco europeu a respeito da situação britânica dentro do mesmo. Assim, foram iniciadas as campanhas a favor da permanência e da saída do bloco, que contaram com fatores motivacionais distintos, marcando a divergência existente entre elas, trazendo cálculos econômicos simples, assim como o apoio ou a oposição a questões controversas (em especial, a imigração) para conseguir maior suporte dentro do país. Nestes termos, o processo do Brexit se colocou como forma de permitir que a população pudesse novamente se posicionar de forma clara a respeito da permanência do país na UEM (*British Broadcasting Corporation*, 2016).

A integração europeia desde o início da participação britânica tornou-se uma questão discutível e, nesse caso, o apoio da sociedade nunca foi homogêneo. Grupos políticos questionaram, ao longo dos anos, a forma como o país deveria se posicionar dentro do bloco, mantendo o caráter isolacionista britânico. O apoio da elite não era pleno, dificultando a formação de um posicionamento coeso frente às questões europeias, de forma a facilitar que houvesse um momento de ruptura como o atual. A partir do momento em que o bloco entrou em crise, houve a preocupação vinda dos órgãos centrais de governo britânico relacionada a insatisfação populacional frente a situação da nação dentro do bloco econômico. O Primeiro Ministro no ano de 2016, David Cameron, é um exemplo de posicionamento favorável à permanência no bloco, deixando seu cargo para que Theresa May assumisse, dando continuidade ao processo de retirada.

Todavia, em meio a tal situação, o apoio das elites à saída também não se mostrou homogêneo, fato que dificultou o desenrolar dos processos em meio às autoridades europeias, impedindo que o processo do *spillover* tome seu rumo reverso nos preceitos de Haas de forma rápida e facilitada. Existem fatores que causam discordâncias internas e conflitos de interesses, tornando o seguimento do Brexit mais lento, como questões de interesses econômicos devido ao grande fluxo comercial existente entre os países do bloco movidos pelas facilidades existentes dos acordos comerciais.

Entre tais fatores, também se destaca a mobilidade populacional entre os países do bloco, que foi, de fato, grande, mesmo não sendo suficientemente grande para caracterizar uma

área monetária ótima⁴, segundo os critérios de Krugman e Obstfeld (2004). Tendo em vista a quantidade de população britânica dentro de outros países e o número de europeus dentro do Reino Unido, são necessárias medidas cautelosas para que a situação da população não seja tão fortemente afetada, fato que causa questionamentos dentro das discussões entre os representantes britânicos e as representantes da UEM (Martill e Staiger, 2017).

Tal fato se destacou em conjunto com a questão da imigração e as políticas de imigração do bloco, fato que também causou desacordos dentro do posicionamento britânico, sendo considerado um fator de grande relevância dentro do Brexit. Para Tostes (2009), tal problemática vem sendo trazida cada vez mais de forma incerta, pois há dentro de parte da população uma visão distorcida a respeito do papel de imigrantes dentro da sociedade do país, sejam eles de origem europeia como também de outros países ou refugiados.

A falta de informação a respeito da real situação da população estrangeira no país auxiliou na formação de visões xenófobas e abriu espaço para a ascensão de políticas ligadas à extrema direita, fator que vem ganhando forma não apenas dentro do Reino Unido, como também em outros países europeus, nos Estados Unidos e ao redor do mundo como um todo; o caráter muitas vezes discriminatório e de nacionalismo exacerbado e a visão do imigrante como uma razão à piora da economia teve forte apoio por parte da população britânica (Tostes, 2009).

4- Conclusão

Analisando a situação da economia britânica para os países do Norte dentro do bloco europeu, foi possível destacar que, no geral, todos os países foram afetados pela crise do *Subprime* e pela própria crise europeia. Todavia, felizmente, no geral, não foram modificações abruptas. Portanto, para o período 2007-2019, verificaram-se variações, não abruptas, do PIB *per capita*, PIB total, taxa de desemprego, taxa de inflação, salários médios e fluxos migratórios para as nações do Norte do bloco econômico.

No caso do Reino Unido, mesmo com menor dependência das políticas europeias por não adotar o Euro como moeda nacional, o país teve sua economia afetada pelas crises as quais o bloco passou e o país apresentou relativa perda de bem-estar por parte da população com maior taxa de desemprego, menores níveis salariais e menor PIB *per capita*.

⁴ Áreas monetárias ótimas nos parâmetros de Krugman e Obstfeld (2004) são caracterizadas por regiões que possuem economias fortemente relacionadas, dispondo de mobilidade entre seus mercados produtivos e fatores de produção, com similaridade entre suas estruturas econômicas, permitindo que haja uma unidade entre os países da região.

Outro ponto a se destacar foi que, embora entrasse em crise antes dos demais países europeus devido ao seu vínculo com bancos norte-americanos, a economia britânica foi a primeira nação entre os países do Norte a apresentar os efeitos negativos da Crise do *Subprime*, com quedas em seu PIB per capita desde 2007, o qual, mesmo em 2017 não retornou aos valores anteriores ao período de crise.

Ao longo do período analisado, apesar da diminuição do desemprego no país, demonstrando uma melhora em seu mercado de trabalho, não houveram grandes alterações em seus níveis salariais, fato que causou grande indignação da população local. Tal fato, acompanhado do aumento nos fluxos migratórios a partir de 2004 e, principalmente, em 2013, aumentou a insatisfação britânica frente a questão da imigração dentro do bloco europeu.

Devido ao fato do Reino Unido se mostrar ao longo de sua estrutura dentro do bloco como um país de relativa estabilidade econômica, com moeda consolidada internacionalmente e com fluxos de investimentos estrangeiros, ele se apresentou também como um país atrativo à imigração para toda a população europeia como também para países não-europeus, em destaque países asiáticos. Sendo assim, a economia britânica contou com grande participação de imigrantes em suas atividades econômicas.

A decisão do Reino Unido de sair do bloco então, se relacionou principalmente com a crença de que a maior imigração para o país, motivada dentro do bloco pela busca por melhores condições por parte da população dos países considerados do Sul, causou perda de bem-estar para a população local, contribuindo para o menor desempenho da economia britânica e, conseqüentemente, a piora dos resultados das variáveis macroeconômicas.

Dessa forma, pode-se concluir que no período de crises, com as mudanças ocorridas internamente decorrentes das oscilações negativas das variáveis macroeconômicas e o maior contingente de imigrantes, a população nativa que ao longo da história de participação do país no bloco não se encontrava satisfeita, se achou em meio a um cenário que favoreceu o início do processo de saída. Frente a tal fato, compreende-se que as oscilações macroeconômicas advindas da crise impulsionaram o processo, porém, não são a razão única e a justificativa mais utilizada para explicá-lo.

Quando relacionados aos efeitos considerados negativos da imigração, outras variáveis macroeconômicas como o desemprego e os baixos níveis salariais (quando comparado aos demais países do Norte) existentes dentro do Reino Unido ganharam maior destaque. Entretanto, o contexto político e social frente ao debate relacionado à imigração, em conjunto com a economia passando pelo momento de relativa recuperação, a falta de confiança nas

instituições europeias e a busca por maior autonomia, formaram o cenário propício para que o país que não se encontrasse plenamente satisfeito com a integração e pudesse dar início ao Brexit.

Vale ressaltar que tais crenças no caráter prejudicial da imigração não são unânimes dentro do país. Há residentes que defendem e apoiam o maior fluxo migratório, principalmente entre europeus, visto que veem na maior mobilidade entre os países chances de também poder imigrar para outros países, caso haja necessidade. Dessa forma, a decisão de 51,8% da população culminou na saída do país do bloco, tendo em vista que a maior parte de tais votos adveio de regiões com menor contingente de imigrantes, assim como de pessoas com mais de 60 anos e com menores níveis educacionais. Aqueles que vivem em regiões com maior quantidade de imigrantes tenderam a ter maior aceitação frente a presença dos mesmos, sendo menos suscetíveis a aceitar discursos que os tomam como problemáticos para a situação do país.

Internamente, também existem grandes controvérsias frente a relação dos países membros do Reino Unido, visto que as votações no plebiscito demonstraram discordâncias entre os resultados e os interesses. Sendo assim, os resultados do Brexit causarão impacto não apenas no Reino Unido, mas na Europa como um todo, devido à grande relevância que o país possui dentro do bloco, seja devido a seu contingente populacional, sua ajuda econômica, seu potencial militar ou também suas manobras políticas dentro do mesmo.

Referências Bibliográficas:

BANCO CENTRAL EUROPEU. 2021. Disponível em: <<https://www.ecb.europa.eu/euro/changeover/2002/html/index.pt.html>>. Acesso em: 27 de março de 2021.

BRITISH CHAMBERS OF COMMERCE. **BCC Economic Forecast:** UK set for weakest year of GDP growth since 2009. 2018. Disponível em: <<https://www.britishchambers.org.uk/news/2018/06/bcc-economic-forecast-uk-set-for-weakest-year-of-gdp-growth-since-2009>>. Acesso em 06 de julho de 2018.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION. 2016. Disponível em: <http://downloads.bbc.co.uk/bbctrust/assets/files/pdf/about/how_we_govern/2016/agreement.pdf>. Acesso em 10 de março de 2021.

COMISSÃO EUROPÉIA. 2013. Disponível em: <[https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014_2019/documents/com/com_com\(2013\)0847/_com_com\(2013\)0847_pt.pdf](https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014_2019/documents/com/com_com(2013)0847/_com_com(2013)0847_pt.pdf)>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

COMISSÃO EUROPEIA. 2018. Disponível em:
<<https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2018/PT/COM-2018-237-F1-PT-MAIN-PART-1.PDF>> Acesso em 30 de janeiro de 2021.

DEUTSCHE BUNDESBANK. **Deutsche Wirtschaft wächst 2017 kräftig**. 2018.
Disponível em:
<https://www.bundesbank.de/Redaktion/DE/Themen/2018/2018_01_11_bip_2017_destatis.html>. Acesso em 27 de julho de 2018.

EUROPEAN CENTRAL BANK. **The definition of price stability**. Disponível em:
<<https://www.ecb.europa.eu/mopo/strategy/pricestab/html/index.en.html>>. Acesso em 11 de julho de 2018.

EUROSTAT. **Immigration**: Total number of long-term immigrants arriving into the reporting country during the reference year. Disponível em:
<https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tps00176/default/bar?lang=en>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

FONTAINE, Patrick. **Understanding the Euro Crisis**: How did the subprime crisis become a sovereign debt crisis in Europe. 2012. Disponível em: <
http://www.akb.org.br/upload/130820121627034529_Patrick%20Fontaine.pdf>. Acesso em 11 de dezembro de 2017.

HAAN, Jakob de et al. **Inflation in the euro area and why it matters**. Amsterdam: Nederlandsche Bank, 2016. 100 p. Disponível em:
<https://www.dnb.nl/en/binaries/1605458_OS14-3_ENG_v9_tcm47-346543.pdf>. Acesso em 16 de julho de 2018.

HAAS, Ernst B. **International integration**: The European and the universal process. *International Organization*, 1961, 15.3: 366-392. Disponível em: <
https://www.lsu.edu/faculty/lray2/teaching/7971_1s2009/haas1961.pdf>. Acesso em 11 de dezembro de 2017.

HAWKINGS, Oliver. **Migration Statistics**. Londres: House Of Commons, 2018. 36 p.
Disponível em:
<<http://researchbriefings.files.parliament.uk/documents/SN06077/SN06077.pdf>>. Acesso em 06 de junho de 2018.

HUNT, Alex. **UKIP**: The story of the UK Independence Party's rise. 2014. Disponível em:
<<https://www.bbc.com/news/uk-politics-21614073>>. Acesso em 16 de julho de 2018.

JOLLY, David. **Prices Fall and Worry Escalates in the Eurozone**. 2015. Disponível em:
<<https://www.nytimes.com/2015/01/08/business/international/europe-economy-deflation.html>>. Acesso em 16 de julho de 2018.

KIERZENKOWSKI, Rafal, et al. **The economic consequences of brexit**: A Taxing Decision . 2016. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/economics/the-economic-consequences-of-brexit_5jm0lsvdkf6k-en>. Acesso em 20 de junho de 2018.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. Áreas Monetárias Ótimas e a Experiência Européia. In: KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política**. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2004. Cap. 20. p. 623-657.

MARDELL, Mark. **Stand by for another euro crisis**. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-europe-36090188>>. Acesso em 25 de julho de 2018.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. **Nova visão das teorias de integração regional: um modelo para a América Latina**. Marília: Unesp, 2004.

MARTILL, Benjamin; STAIGER, Uta (ed.). **Brexit and Beyond: Rethinking the Futures of Europe**. UCL Press, 2018.

MONAGHAN, Angela. **UK economy grew 1.9% in 2013 – the fastest growth since 2014**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2014/jan/28/uk-economy-2014-fastest-growth-fourth-quarter-gdp>>. Acesso em 16 de julho de 2018.

OCDE. **Average Wages**. Disponível em: <https://data.oecd.org/earnwage/average-wages.htm>. Acesso em 12 de janeiro de 2021.

PESTON, Robert. **UK economy back at pre-crisis level**. 2014. Disponível em: <<https://www.bbc.co.uk/news/business-28479902>>. Acesso em 16 de julho de 2018.

TOSTES, Ana Paula. Razões da Intolerância na Europa Integrada. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p.335-376, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v52n2/v52n2a03.pdf>>. Acesso em 07 de julho de 2018.